



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# **MASSAS**

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 263 - DE 1 A 13 DE JULHO DE 2003 - R\$ 1,50

**6 meses do governo Lula. Já disse a que veio:  
Cumprir os compromissos com o FMI  
Continuar e aprofundar as reformas neoliberais  
Anular os sindicatos como instrumento de luta  
Descarregar a crise sobre os assalariados  
Proteger os lucros dos capitalistas**

**O que é preciso:**

**Defender a independência de classe e  
combater o pacto social  
Derrotar as reformas neoliberais,  
começando pela da Previdência  
Impulsionar as lutas das massas por suas  
reivindicações, contra o governo do PT/Lula**

**Congresso Metalúrgico feito para apoiar o governo  
e para garantir controle da burocracia**

**Congresso da UNE apóia o governo e suas reformas**

**Bolívia: como pode um pequeno proletariado dirigir a revolução?**

# Quinzena de Luta da Classe Operária

## Centrais se preparam para a Reforma Trabalhista

Centrais sindicais e confederações patronais se anteciparam ao Governo e começaram a discutir as reformas sindical e trabalhista. A primeira reunião foi realizada no final de junho, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. As entidades voltaram a se encontrar em 22 de julho, em São Paulo. O Governo prepara a instalação do Fórum Nacional do Trabalho, que deverá formular — até o fim do ano — um anteprojeto de reforma a ser encaminhado ao Congresso.

Para a patronal, o que interessa é chegar com alguns pontos comuns sobre o trabalho por tempo determinado e direitos trabalhistas.

Para os sindicalistas, o que interessa é a reforma da estrutura sindical. CUT e Força Sindical já se mobilizam para colocá-la em prática. Isso vemos pelo acontecido no CONCURT e as teses apresentadas para o Congresso dos Metalúrgicos do ABC.

## A Direção da CUT e a do Funcionalismo Divergem sobre a Reforma

O funcionalismo marcou greve para o próximo dia 8, contra o projeto do Governo de reforma da Previdência. Antes, dia 1º de julho, as entidades de servidores reúnem-se com a executiva da CUT, em uma espécie de acerto de contas. “A nossa base decidiu por um eixo de greve e vamos exigir que a central dê apoio ao movimento”, afirma o secretário-geral da Condsef, Gilberto Gomes.

A executiva da CUT (na corda bamba entre se colocar perante todo o funcionalismo como representante do governo PT/Lula, ou de se esconder por detrás do funcionalismo) divulgou uma nota em que tenta mostrar que está do lado do funcionalismo dizendo que são “jus-

tas as reivindicações do funcionalismo público”, que procura “construir uma plataforma de negociação e de luta para o próximo período”, que se solidariza com o “calendário de lutas que vem sendo construído pelos trabalhadores”, com referência à greve do dia 8. Mas, por detrás do pano, nas reuniões com as direções das entidades, procura desorganizar e dividir o movimento. Tanto que nem todas as entidades decidiram aderir à paralisação, apesar das críticas ao projeto serem quase unânimes.

Igual como fizeram com a greve dos petroleiros, e a da Ford, que foram vitais em seus períodos para a manutenção do Plano de fome dos governos de plantão a mando do FMI. Assim como fizeram com a luta contra o Plano Maldito da Volks. A burocracia cutista tenta a todo custo evitar um movimento unitário do funcionalismo contra as reformas malditas. Temos de ficar atentos para intervir nesta situação.

## Emprego cai e o Salário Industrial recua pelo 16º mês consecutivo

Segundo o IBGE, houve queda na geração de empregos na indústria em quase todas as regiões e ramos (9 entre as 14 regiões, 10 dos 18 ramos pesquisados) demitiram mais que contrataram.

São Paulo é onde a situação é mais drástica, o número de empregos baixou 2,5% em abril.

Quanto à queda salarial, o IBGE afirma que foi a maior desde o início das pesquisas, em dezembro de 2001. No ano (até abril) representou uma queda de 7,5% no total da folha de pagamento.

Como podemos ver, a crise capitalista ainda vai de vento em popa, atravessando o governo PT/Lula. Seu servilismo ao manual do FMI só nos leva a resultados piores. É por isto que devemos arregaçar as mangas e lutar por nos-

sas conquistas.

## Policiais fazem protesto por reposição salarial

Temos aqui um fato importante, pois a polícia, assim como a Justiça, são pilares para a manutenção do sistema de exploração capitalistas. A Polícia é a principal arma de repressão contra os movimentos organizados. Mas a crise capitalista é tão intensa que acaba recaindo também sobre os setores da repressão, como podemos ver no ato do dia 24 de junho, onde policiais civis e militares, além de servidores da área de segurança pública, fizeram um protesto, em frente o Palácio dos Bandeirantes, para reivindicar a reposição salarial de 18,29%.

Ao mesmo tempo em que representantes da Polícia Civil da Capital e do Interior de São Paulo estiveram na Assembléia Legislativa para pedir apoio e apresentar aos líderes dos partidos suas reivindicações salariais.

Esta é uma brecha que os revolucionários devem aproveitar, dividindo as tropas da repressão e buscando trazer uma parte para o nosso campo. Não pensem que só porque eles ainda estão iludidos que o parlamento pode conceder algo mais não poderão se radicalizar. Devemos nos lembrar dos movimentos que eles fizeram há pouco tempo e que incendiou quase todos os quartéis do país.

## Metroviários ainda sem reajuste

Depois de 2 dias de greve em meados de junho e de várias negociações com a direção do Metrô e com o Tribunal Superior do Trabalho, ainda há impasse nas negociações. A pressão do TST em terminar com a greve enquanto se negociava foi uma estratégia utilizada pela direção do Metrô para vencer a organização dos metroviários, que deixou

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

completamente paralisado este meio de transporte.

O Metrô recorreu da proposta do TRT-SP e, depois de várias reuniões, o TST propôs dar o reajuste de 8% retroativo a abril e 2 parcelas de 5% em janeiro e março de 2004, sendo aceito pelo Metrô, mas a direção do sindicato ainda tentava que as parcelas para 2004 fossem antecipadas para este ano.

No fechamento desta edição estava agendada uma reunião para o TST tomar uma posição e a direção sindical estava marcando uma paralisação para o primeiro dia de julho. Como podemos antever, os dias de negociação, nos quais o Metrô funcionou, a direção patronal se sentiu à vontade para ir negando qualquer avanço na negociação até que o TST lhes desse uma proposta que interessasse. Ao contrário, a direção sindical ficou totalmente acuada, pois viu sua "vitória de Pirro" conseguida no TRT-SP ser destruída passo a passo. Está aí uma lição que os metroviários devem aprender, a política de negociação permanente aplicada pela

direção nos últimos anos tem levado a categoria a se desmobilizar completamente e a aumentar suas ilusões em instrumentos da democracia burguesa (ditadura para os trabalhadores) como a justiça e a pressão parlamentar, deixando de lado suas próprias forças e sua própria organização.

### **149 Demissões na Kaiser de Ribeirão Preto**

A empresa Canadense Molson, proprietária das marcas Kaiser e Bavária, fechou sua fábrica de cerveja e chope em Ribeirão Preto. Esta havia sido adquirida da Antártica quando de sua fusão com a Bhrama (resultando na Ambev). A fábrica estava em funcionamento há 75 anos e era uma das principais fontes de trabalho para os moradores da cidade. Mas os capitalistas não estão nenhum pouco preocupados com isso, o que importa é sua sede de lucros. Exploram os operários até a última gota de sangue e quando isso ainda é insuficiente para gerar os seus

lucros, simplesmente procuram um lugar onde possam obter mais lucros. Esta é a lógica perversa do sistema capitalista, esta é a lógica que os operários têm de destruir ao construir sua nova sociedade.

### **Temos de organizar a Luta formando os Comitês de Luta**

Não podemos mais esperar, ou tomamos em nossas mãos a tarefa de lutar por nossos empregos, nossos salários e nossos direitos, ou esperar que a burocracia negocie tudo com os patrões e nos tirem tudo. O problema está se avolumando e chegará a um ponto onde não haverá diferença com o que aconteceu na Argentina, com uma falência geral do Estado. Temos que nos preparar para isto começando a nos organizar fábrica a fábrica, bairro a bairro, escola a escola, formando os Comitês de Luta e coordenando estes comitês por região, preparando atos massivos na defesa de nossos empregos, de nossos direitos e de nossos salários.

## **Seis meses do governo PT/Lula**

Fizemos o balanço dos três primeiros meses do governo PT/Lula demonstrando que este não poderia traçar uma política econômica e social independente do capital financeiro internacional (imperialismo) e do grande capital nacional. Em pouco tempo, ficou demonstrado que os dirigentes do partido, tendo à frente Lula, estabeleceram um compromisso de poder com o imperialismo no período de disputa eleitoral. Seu resultado foi publicado na "Carta aos Brasileiros", editada próxima ao dia da votação, em que se configurava a possibilidade de vitória eleitoral, faltando apenas a aceitação dos credores das dívidas interna e externa e de algumas personagens centrais da oligarquia brasileira.

O PT poderia chegar à presidência da República, apoiado numa frágil coligação com o PL, mas teria de se adaptar à forma do governo oligárquico burguês, que tem caracterizado a formação histórica do Estado semicolonial. Nas condições do momento, significava não provocar nenhuma ruptura com o governo FHC. Por meio desse governo, a burguesia nacional havia chegado a um

dos pontos mais altos de submissão do País à orientação econômico-financeira ditada pelo imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, e cujo marco maior foi o "Consenso de Washington".

As negociações para "estabilizar" a tumultuada conjuntura econômica após a derrocada da ditadura militar (e que chegou ao auge da crise no governo José Sarney, com o fracasso de vários Planos anti-inflacionários, desembocando na impossibilidade do governo Collor) concluíram com o Plano FHC, baseado nas diretrizes do "Consenso de Washington". A diferença do Plano Real em relação aos anteriores (Cruzado, Bresser, Verão etc) estava justamente no fato de acatar todas as exigências comandadas pelo capital financeiro internacional e pelas multinacionais.

A estabilidade inflacionária obtida se deu às custas do vultoso crescimento das dívidas, da abertura do mercado, quebras econômicas, desestatização, desnacionalização de setores chaves, crescimento do desemprego e queda da massa salarial. O intervencionismo do FMI no governo chegou ao ponto de

controlar o manejo da política monetária por intermédio do Banco Central, presidido por representantes do capital financeiro indicados pelo imperialismo.

É importante retomar essa sintética descrição do entreguismo pró-imperialista de FHC para não se perder de vista que esse governo passou a condução do Estado ao PT nas condições de bancarrota econômica e financeira, crise social crescente e liquidação da restrita soberania nacional.

Apenas para cumprir o papel de um governo burguês de defesa nacional, o PT teria de enfrentar esses três grandes problemas: aplicar uma política de desenvolvimento; realizar reformas populares e defender a soberania frente à opressão imperialista. Pelo fato do Brasil ser um país economicamente atrasado e condicionado pelo poder mundial do imperialismo, um governo que se dispusesse a rechaçar o saque imperialista e concentrar os recursos do Estado para o desenvolvimento interno se caracterizaria como nacionalista. A burguesia semicolonial teria de estar unida e disposta a defender seus capitais, as fontes de ma-

térias-primas e os recursos humanos (exploração do trabalho).

Mas ocorre justamente o contrário. As premissas de um governo “democrático e popular” de caráter nacional-reformista não correspondem às tendências objetivas da burguesia brasileira, que se encontra profundamente entrelaçada ao capital imperialista e que não tem como agir de forma independente. Não por acaso, o governo FHC foi constituído por uma ampla aliança pró-imperialista (PSDB, PFL, PMDB etc) jamais ocorrida na história política do Brasil. As frações oligárquicas do capital nacional foram centralizadas por um governo títere do capital financeiro internacional.

No final do segundo mandato de FHC, já estavam evidenciadas as graves conseqüências do plano de reformas neoliberais. A aliança se rompeu e possibilitou a vitória do PT. A ascensão do governo petista não se deveu apenas ao descontentamento popular mas também à ruptura da unidade burguesa que sustentou a aliança FHC.

Setores da burguesia esperavam que o PT mantivesse os compromissos internacionais mas que introduzisse mudanças na política econômica favoráveis à economia interna. As massas iludidas com os anunciados objetivos de desenvolvimento, emprego, fim da fome e reformas pacíficas no campo viram no PT a alternativa governamental.

Entretanto, o novo governo assumiu logo nos primeiros meses a continuidade plena das reformas de FHC e a orientação de política econômica do capital imperialista. A cúpula dirigente do PT compreendeu que não poderia ter uma política e condução ambígua do Estado perante os credores, e os ditames das potências. Segundo o Presidente da República, o acatamento de violentas medidas foram necessárias para evitar uma ação do mercado financeiro (credores, investidores etc) que levasse à quebra do país, como foi o caso da Argentina.

O governo se colocou por seguir rigorosamente as metas do FMI, de forma que os saqueadores não movimentassem seus capitais no sentido de expor a balança financeira e provocar uma situação de quebra. O problema imediato do novo governo era o de não permitir uma

bancarota imediata. O que o colocaria numa situação de possível ingovernabilidade. O governo PT/Lula não teve outra alternativa senão acatar os ditames dos banqueiros, especuladores e saqueadores. Atestou assim que o novo governo nasceu sem autonomia e refém das diretrizes pró-imperialistas.

## O início do governo

No balanço de três meses, fizemos uma descrição e análise detalhada de cada aspecto de composição de forças, administrativo e de política econômica. Cabe aqui retomar apenas a essência.

O início do governo se caracterizou por orientar o Estado a proteger os interesses do capital imperialista e dos banqueiros nacionais. Em relação ao conjunto da burguesia, fixou a posição de um governo de defesa do capitalismo. Direcionou sua ação para obter a mais ampla possível coligação com setores da oligarquia. Reconheceu a necessidade de atrair partidos e frações de partidos que historicamente comandaram o poder do Estado.

O problema estava em não configurar um ruptura nas relações de poder, embora o PT tenha se constituído sobre a idéia de afastar a velha oligarquia parasitária e estabelecer o que se denominou um novo bloco de poder. Uma vez tendo de formar um governo nascido da oposição à coligação dos partidos que dirigem, de fato, o domínio capitalista sobre o país, se viu incapacitado para enfrentá-los e cumprir o objetivo elementar de quebrar a influência das frações oligárquicas que representam os interesses do grande capital industrial, financeiro e latifundiário. Frações que têm profundos compromissos com o capital imperialista.

Isso explica a impotência do governo petista, que foi obrigado a rever posições anteriores e a reconhecer que suas intenções reformistas e populistas não poderiam ser colocadas em prática. Toda sua trajetória de oposição parlamentar e de pregação de reformas “democráticas e populares” foi cirurgicamente extirpada.

Evitou expor a situação de quebra e toda sorte de bandalheira deixada pelo governo FHC. Admitiu a transição de governo como continuísmo governa-

mental. Significou não mexer na estrutura de poder estabelecida.

O imperialismo exigiu que o governo PT/Lula se assentasse sobre esse poder, para que as diretrizes econômico-financeiras também pudessem ter continuidade. O governo FHC não poderia sofrer nenhuma devassa quanto à sangria do país, não mexer nos canais de corrupção e, portanto, assumir para si toda obra e resultados anteriores. Essa foi a base política inicial para constituir o governo e estabelecer a linha de continuidade dos acordos com os credores e de aplicação das reformas neoliberais.

O lançamento do programa “Fome Zero” serviu de meio distraçionista e de máscara para o plano de choque antinacional e antipopular assumido pelo governo. O que parecia ser a grande inovação do “governo democrático e popular” não passava do mesmo recurso assistencialista utilizado por FHC/FMI/BIRD, com o seu programa “Comunidade Solidária”, “Bolsa Escola”, “Renda Mínima” etc. Ficou evidente que a face humanitária do PT e de seus aliados clericais foi confeccionada de acordo com as previsões dos ataques contra conquistas sociais e atentado à vida da maioria oprimida. A violência da continuidade das reformas teria e terá de ser compensada com programas que amortecem a revolta dos famintos.

## A linha das reformas pró-imperialistas

O ponto central da governabilidade está em como sustentar o pesado endividamento externo e interno e como manter em dia o pagamento da vultuosa soma de juros e amortizações. Toda e qualquer ação do governo parte da estrutura de endividamento e dos condicionamentos que o imperialismo impõe ao país a partir da relação credor/devedor.

O PT começou por admitir o aumento do superávit primário, que é o excedente financeiro destinado aos compromissos da dívida. Não há quem não admita que a meta fixada pelo FMI sufoca a economia. No entanto, tem de ser cumprida a ferro e a fogo.

FHC deixou na seqüência das reformas neoliberais a Reforma da Previdência dos servidores públicos, a Tributária e Trabalhista. O PT adotou o mesmo ca-

lendário, procurando ser mais contundente na previdenciária, aproveitando-se do fato ser um governo vindo do oposicionismo, ter a seu favor as ilusões dos explorados e contar com o controle da burocracia sindical sobre os organismos das massas.

Um dos maiores crimes do PT é o de responsabilizar os explorados pela falência da Previdência e esconder a tremenda corrupção e sonegação provocadas por governos anteriores e por poderosos grupos capitalistas. A Previdência tem sido apontada como um dos principais fatores de quebra do orçamento estatal, acobertando-se o saque imperialista e a dilapidação de recursos públicos pelo grande capital parasitário.

A Reforma Tributária é uma luta intestina no seio da burguesia, que também está condicionada pela carga de arrecadação a ser destinada à sustentação das dívidas. As conseqüências nefastas continuarão a recair sobre os assalariados e camponeses pobres.

A Reforma Trabalhista, que já tramita, tem por fundamento legalizar e avançar a destruição de direitos trabalhistas. Destruição essa imposta por meio de acordos feitos entre a burocracia sindical e os grandes empresários.

O fundamental é que o PT assumiu a causa dos saqueadores e direcionou a ação governamental contra a vida da maioria.

### **A crise interna no PT**

Ao assumir plenamente os interesses do grande capital e estabelecer uma política de aproximação com a velha oligarquia dominante, aflorou a divergência de um pequeno grupo de parlamentares vinculados a correntes de esquerda interna ao partido.

A direção do PT aplicou o centralismo burocrático. Podem divergir em palavras, mas têm de votar os projetos do governo. Projetos esses que não vêm da linha anterior do partido, mas do acordo com o imperialismo que antecedeu pouco antes das eleições ("Carta aos Brasileiros") e dos acordos pré-estabelecidos por cima do PT com os demais partidos, governadores etc.

A esquerda petista, sem dúvida, está adaptada ao reformismo pró-capitalista

e é responsável pelo PT pró-imperialista. Teve total consciência e conivência com a "Carta aos Brasileiros". Nenhuma das correntes e parlamentares esquerdistas denunciaram o acordo com o imperialismo, caracterizaram-no como traição e se colocaram pelo rompimento com o PT. No entanto, não podem assumir plenamente essa responsabilidade. Contestam aspectos das Reformas, procurando expressar mais o descontentamento de suas bases eleitorais do que um posicionamento de combate às medidas pró-imperialistas.

Um outro grupo de parlamentares, mais ligado aos postos estatais e ao fisiologismo, identificados principalmente pela Força Socialista, tem procurado se distinguir pela defesa de uma política de desenvolvimento econômico, seguindo o descontentamento de setores do capital industrial e comercial, que reclamam das altas taxas de juros, da pesada carga tributária e dos perigos da recessão.

Abriu-se assim um primeiro foco de crise interna ao partido. Em resposta, está em andamento o processo de expulsão de alguns parlamentares esquerdistas e assimilação dos fisiológicos descontentes.

### **O despontar da crise**

Seis meses é pouco tempo para um governo de quatro anos. Está apenas começando, como diz Lula frente às cobranças e críticas, que tanto vêm da direita quanto da esquerda parlamentar. No entanto, a situação de crise econômica, que vem se avolumando desde o segundo mandato de FHC, indica que os seis meses são suficientes para se verificar os fundamentos da política econômica do governo e seus efeitos.

As medidas tributárias, de contenção orçamentária, de arrocho salarial e de incentivo ao desemprego expuseram o conteúdo antinacional e antipopular da política econômica acordada com o FMI. Esse resultado contrasta com a manutenção dos altos ganhos dos banqueiros e a sangria do endividamento. Rapidamente, a situação objetiva de impasses na economia se manifesta frente ao governo na forma da divisão interburguesa e pressões das mais variadas frações do capital. As divergências em torno da taxa de juros administrada pelo Banco

Central são reflexos de interesses distintos, ainda que complementares, entre industriais, comerciantes e banqueiros. São contradições internas à própria burguesia.

O governo, pressionado, promete breve mudança em favor do crescimento econômico.

A reação dos militares à Reforma da Previdência foi contornada, separando-os do conjunto do funcionalismo. Mas permanece o conflito com a alta cúpula do judiciário. Por debaixo, a contestação do funcionalismo contra a Reforma da Previdência desembocou numa manifestação de massa em Brasília e ameaça de greve. O movimento, mesmo combatido pela direção da CUT, se mostra resistente.

O mais grave da crise está na dificuldade do governo dar resposta às reivindicações dos camponeses sem-terra. O MST não tem como aguardar indefinidamente solução sob sol e fome. Seis meses é tempo demais para as milhares de famílias acampadas. A retomada das ocupações se tornou inevitável, embora o Ministério do Desenvolvimento Agrário esteja nas mãos de uma ala da esquerda reformista e a maior parte dos postos do Incra tenha sido distribuída entre a Igreja e ativistas do MST.

A tentativa de incorporá-los no poder do Estado, para se obter controle do movimento e administrar as ocupações de terra, não pôde evitar o agravamento do choque entre camponeses e latifundiários. Os fazendeiros retomaram a ofensiva repressiva contra o MST. Desfecharam uma campanha política para que o governo adote a violência estatal contra as ocupações e para substituir o Ministro e funcionários do Incra por representantes ligados aos interesses dos latifundiários.

Esse conjunto de fatores contraditórios e de impossível administração pela via da conciliação, negociação e do pacifismo indica que o governo petista enfrentará prematuramente profundos choques e crises.

### **Burocracia sindical diante do governo**

O 8º congresso da CUT e o 46º congresso da UNE foram de apoio ao governo PT/Lula. A direção majoritária do PT

do PT) e do PCdoB (UNE) traçaram a linha de contestar alguns pontos das reformas neoliberais, mas apoiá-las nos seus fundamentos. Estão de acordo que são necessárias. O que quer dizer na prática apoiar os interesses do capital contra o trabalho.

O congresso metalúrgico do ABC segue essa mesma linha e avança as resoluções da Reforma Sindical adaptada à Reforma Trabalhista em andamento.

O controle do movimento sindical comparece como um dos pilares de governabilidade. É um fator social e político colocado a serviço do governo PT/Lula para enfrentar o jogo de pressão das frações burguesas.

A burocracia atua no sentido de defender a tais das "políticas públicas", que é por onde pratica o estatismo e se

fortalece como elemento de colaboração de classe. Todo o problema está na possibilidade desse governo adiar a crise que já se manifesta, para não ter de enfrentar prematuramente a revolta operária.

O desemprego, o esmagamento salarial e a quebra de direitos trabalhistas vêm acumulando um descontentamento que poderá explodir a qualquer momento, independente do controle da burocracia.

### Lutar pela independência do movimento operário e camponês

O combate pela independência de classe dos explorados frente ao PT tem se colocado há muito tempo e não apenas agora que se tornou governo. O Par-

tido Operário Revolucionário (POR) vem se opondo ao nacional-reformismo, apoiado na tese marxista da impossibilidade de reformas progressistas no capitalismo e a necessidade da revolução proletária. Havia caracterizado o curso do PT, que chegaria à constituição de um governo burguês, incapaz de realizar o nacional desenvolvimentismo e que acabaria por assumir posições pró-imperialistas. Os acontecimentos têm confirmado essa tese.

O que temos pela frente agora é a luta no interior dos movimentos operário, camponês e estudantil pela independência frente ao governo PT/Lula, em defesa das reivindicações dos explorados e pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

## Ataque à vida das massas em Fortaleza

Mais um ataque às condições de vida das massas é preparado em Fortaleza. A Prefeitura de Juraci Magalhães (PMDB) deixará de se responsabilizar pela coleta do lixo e uma empresa privada irá cobrar, a partir de agosto, uma tarifa abusiva pelo recolhimento e destinação do lixo produzido na cidade (a Taxa do Lixo). A exploração do "novo" Sistema de Limpeza Urbana de Fortaleza, como é chamado, foi concedida por um período de 20 anos, através de licitação, para a empresa EcoFor Ambiental, do grupo Marquise, que, além da área de limpeza urbana, atua também nas áreas de construção civil, hotelaria, setor financeiro e comunicações.

Os preços da tarifa variam entre R\$ 5,18 e R\$ 27,52 para lixo domiciliar e de R\$ 9,25 a R\$ 83,65 para lixo comercial até 50 quilos ou 100 litros. Quem não pagar durante três meses será punido com a inclusão de seu nome nas listas de proteção ao crédito (Diário do Nordeste,

06/06/03), é o que pretende o prefeito.

Essa é mais uma medida que bus-

ca descarregar o peso da crise capitalista do município sobre as costas dos trabalhadores, pois o prefeito e seus sócios capitalistas pretendem cobrar por um direito que os trabalhadores têm, já que a prefeitura já cobra impostos para isso.

Os trabalhadores não devem aceitar pacificamente que suas vidas sejam sacrificadas em favorecimento dos empresários. Devem se unir e protestar com a radicalização para impedir o autoritarismo do prefeito. Devem rechaçar o pacifismo burocrático do PT, os que apenas prometeram estudar o caso, pois almejam administrar o município de Fortaleza e precisarão cortar gastos para pagar as contas. Também não querem cair em contradição, já que a prefeitura do PT em São Paulo já impôs também uma Taxa do Lixo.

- Para pôr abaixo a taxa do lixo, ocupar a prefeitura!



**Lançada pelo POR a revista Socialismo Científico n° 08, que traz a crítica programática à trajetória do PT reformista desde 1989 até a atualidade. Adquira com o distribuidor deste jornal.**

## Negociação com quem?

Têm crescido as manifestações dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência. Está claro que se trata de um ataque a um dos direitos mais elementares dos trabalhadores, que é o de assegurar a existência no final da vida.

A Reforma evidenciou sua orientação privatizante, para favorecer os fundos de pensões. Aumenta a taxa de exploração do trabalho e sobrecarrega a contribuição do assalariado. Em nenhum aspecto melhoram-se as condições da camada que recebe as baixas aposentadorias. Também não se pôde esconder dois graves aspectos: 1) O alegado déficit da Previdência, tanto pública quanto do INSS, se deve a falcatruas: desvio do fundo previdenciário pelos governos e corrupção empresarial; 2) A Reforma atende aos interesses do capital financeiro.

A manifestação do dia 11, em Brasília, reivindicou do governo PT/Lula negociação com o movimento sindical. Depois desse forte protesto, houve uma

reunião dos dirigentes sindicais com o chefe da Casa Civil e o Ministro do Planejamento. Os servidores levaram a mesma reivindicação de abrir negociações para modificar pontos da Reforma. Pouco antes, o 8º Congresso Nacional da CUT aprovou emendas em alguns pontos, entre eles o tempo de serviço e taxação dos inativos.

Qual foi a resposta de José Dirceu? Disse que não há negociação com o governo e que "o Congresso é o espaço de repactuação da reforma".

Ocorre que a negociação definitiva para a Previdência fora feita com os governadores. Esses impuseram condições para apoiar o governo no Congresso. Estabelecido o compromisso entre governo PT/Lula e os governadores, que comandam a oligarquia partidária do país, não havia nada mais a negociar com ninguém.

Isso de que o governo petista seria diferente dos anteriores, como afirmou Lula na campanha eleitoral, porque seria

um governo de negociação com todas as forças sociais, se mostrou inviável. Os explorados não têm nenhum poder de decisão na máquina do Estado, que incluiu o Congresso.

Não foi por acaso que Lula recorreu a um acordo com os governadores e não a com o movimento sindical. O fato é que a Reforma é contra os trabalhadores e favorável aos capitalistas. É esse fundamento que decidiu o acordo com os governadores e a exclusão das lideranças sindicais. Acima do governo PT/Lula e dos governadores está a principal força decisória: o Fundo Monetário Internacional.

É bom que se desfaça logo a ilusão de que é possível um Estado burguês democrático em que a classe operária, camponeses e outros setores oprimidos possam ter voz e poder de decisão. Os trabalhadores têm seu próprio caminho. Lutar para pôr abaixo a reforma criminosa com greves e manifestações de massa.

## CPI da merenda escolar em Fortaleza-Ceará

Foi instalada no início deste ano a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apurou irregularidades por parte da administração municipal de Fortaleza na compra da merenda escolar.

Vem mostrando o superfaturamento na compra dos alimentos: produtos que custavam R\$ 2,00 foram comprados por R\$ 5,00. Os gastos foram confirmados pelo tribunal de contas da União.

Chegou-se até mesmo ao pedido de abertura de impeachment contra o Prefeito Juraci Magalhães (PMDB). O Prefeito é acusado de acobertar um esquema de desvio de verbas na compra de merenda escolar, que causou até agora um prejuízo de pelo menos de R\$ 1 milhão aos cofres públicos. O líder do esquema é o deputado estadual Sérgio Benevides (PMDB), genro do Prefeito

Juraci.

A CPI pediu à Assembléia a cassação do mandato de Sérgio Benevides. O deputado é acusado de favorecer as empresas fornecedoras de alimentos de merenda através de dispensa ilegal de licitação e não de entregar de mercadorias já pagas. Sérgio Benevides indicava à Prefeitura as empresas, que lhe repassariam cerca de 30% dos valores dos contratos. Estes seriam superfaturados pelo esquema comandado pelo deputado, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação.

No momento, não se ouve mais falar sobre o impeachment do Prefeito Juraci, porque ele tem a maioria na Câmara de Vereadores. Todavia, foi votado no dia 16/06 o relatório que pede a cassação do deputado Sérgio Benevides, por quebra de decoro parlamentar.

A CPI não vai punir os crimes da burguesia, por que os capitalistas não irão cortar a sua própria carne. As CPIs funcionam para dar atestado de inocência aos bandidos e corruptos empresários (burgueses), e, ao mesmo tempo, é um instrumento da burguesia que a utiliza em suas disputas no parlamento.

Somente por meio da formação do tribunal popular, em que seus membros são eleitos na base dos movimentos sociais, como: estudantil, sindical, camponês e popular, poderá jogar e punir os crimes da burguesia cometidos contra o proletariado e os oprimidos.

- Abaixo Juraci Magalhães (PMDB) e Lúcio Alcântara (PSDB);

- Abaixo a farsa da CPI;

- Pela formação de Tribunais Populares para punir os capitalistas.

## 48º Congresso da UNE: PT e PCdoB unidos no apoio ao governo e às reformas neoliberais

O Congresso da UNE contou com a participação de mais de 6 mil delegados inscritos. O que não quer dizer que tenha sido representativo. Isto porque a eleição de delegados, de acordo com o regimento imposto pela direção majoritária (PCdoB), é feita, na maioria das vezes, sem que a base estudantil possa discutir ou se posicionar pelas diversas teses políticas apresentadas. O regimento determina um quórum (20% dos matriculados para assembleia e 30% para votação em urna) muito difícil de ser alcançado nos cursos grandes. Isso leva à exclusão de muitos, que não atingem o quórum, e à fraude em outros. A direção majoritária, que controla o credenciamento, forma a delegação de acordo com seus interesses. Não foi difícil assim chegar a controlar mais da metade dos 6 mil delegados.

### A questão central do Congresso: a relação com o governo

Esse congresso ocorreu 6 meses após a eleição do governo do PT/Lula. Assim, o centro das discussões foi a relação da UNE com o governo e com sua política. Na prática, essa relação já se estabeleceu, pois a direção majoritária (PCdoB) já havia tomado a resolução de "independência e apoio à política educacional", participado do pacto social e aceitado participar da elaboração do Provão. Ou seja, já havia uma posição de apoio ao governo. O Congresso refletiu isso.

Nas votações polêmicas, os blocos que se formaram mostravam que havia 3 posições fundamentais: apoio total ao governo, apoio crítico e nenhum apoio. No entanto, essas 3 posições não estiveram sempre evidentes nas votações.

A votação de conjuntura nacional foi vencida por um bloco de apoio ao governo que ia do PCdoB ao PT, incluindo a Articulação e correntes de esquerda, exceto a CST do deputado Babá e parte do MES, da deputada Luciana Genro. Essa resolução diz claramente: "A UNE deve apoiar o programa de mudanças aprovado pelo povo brasileiro nas eleições". Ou seja, coloca a UNE em apoio ao governo e às reformas ditadas pelo imperi-

alismo. Essa votação mostrou uma unidade real dos apoiadores do governo, incluindo a maior parte da esquerda petista, que tem manifestado críticas à política econômica e à reforma da previdência. Comprova que essas críticas estão inseridas num quadro de apoio mais geral às reformas, e que expressam somente o descontentamento das bases, não uma oposição de conjunto a elas.

Na votação da participação da UNE no pacto social, o bloco governista se dividiu. Uma parte da esquerda petista votou uma resolução de apoio ao governo, mas de saída do pacto. O PSTU, que tinha uma proposta de caracterização do pacto como instrumento de conciliação de classes e de ruptura com ele, retirou a proposta ao fazer sua defesa, em favor da proposta do setor petista, e votou com ele a retirada do pacto com apoio ao governo. O voto do PSTU foi orientado não em função do caráter das propostas, mas de acordo com o objetivo de formar o bloco de esquerda conjuntamente às correntes petistas que apóiam criticamente o governo do PT/Lula. Com essa tática, não conseguiu que toda a esquerda votasse com ele, e ainda se colocou à reboque daqueles que apóiam o governo. A proposta aprovada, com os votos do PCdoB e Articulação/PT, foi a seguinte: "Considerando que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um espaço democrático, heterogêneo e representa os diversos setores da sociedade, e por entender que esse é um governo do diálogo, da negociação e da participação, apoiamos a permanência da UNE no CDES. Que a entidade faça uma ampla discussão com o todo o movimento estudantil das propostas a serem encaminhadas de interesse dos movimentos populares."

A votação da resolução sobre a reforma da previdência voltou a refletir o grau de apoio e compromisso com o governo, de maneira deformada. A resolução aprovada é a de apoio à reforma criminosa da previdência, com emendas: "A UNE defende uma Reforma da Previdência Social que incorpore milhões de trabalhadores que estão na in-

formalidade, excluídos do sistema previdenciário, e que amplie os direitos dos trabalhadores, combatendo os privilégios das altíssimas aposentadorias, e com base nesses pontos, defendemos a modificação da proposta de reforma no Congresso Nacional." Essa proposta contou com o apoio do PCdoB e Articulação/PT.

Outras propostas rejeitadas iam do apoio total ao apoio mais crítico. A única proposta que se colocava contra a reforma no seu conjunto era a apoiada pelo bloco PSTU/CST. Mas que teve entre seus defensores o SR(PT), que defende: "por uma reforma que amplie direitos". E não se trata apenas de uma contradição do SR, que é pela apresentação de emendas à reforma proposta, mas também do PSTU, que não criticou tal posição.

### Mais golpes na democracia estudantil

O PCdoB apresentou de surpresa na plenária final uma resolução de redução do número de delegados ao Congresso: de 1 para cada 400 passará a 1 para cada 2000. O que significa que, para os cursos menores, a maioria na rede privada e controlada pelo PCdoB, não haverá mudança significativa de representação. Mas para os cursos com grande número de alunos, a maioria na rede pública e sob influência das correntes de oposição, o número de delegados será reduzido em até 5 vezes. O próximo Congresso deverá ter entre 2 mil e 3 mil delegados, com 80% sob hegemonia do PCdoB.

Os Grupos de Trabalho (GTs) têm sido esvaziados cada vez mais. As palestras de figurões, sem direito a debate, os substituem. As propostas encaminhadas são descartadas, em função das resoluções apresentadas pelas correntes representadas na comissão de sistematização. Uma parte das propostas é encaminhada como de "consenso", sem discussão. Veja-se o exemplo da aprovação "por consenso" do apoio da UNE ao ciclo básico, que tem sido combatido pelos estudantes em vários cursos. O "consenso" nada mais é que o conchavo das correntes que



fazem parte da direção, em função de se votar algumas poucas propostas em plenário. Tudo em função das alianças para a composição da direção.

A burocratização cada vez maior dos Congressos é uma necessidade da burocracia que dirige a entidade. Isto porque tem de expressar uma política que está em contradição com os interesses dos estudantes. Agora, diante do novo governo, a necessidade de apoiá-lo significa apoiar medidas que atacam diretamente as condições de ensino. Assim, para a atual direção, é preciso ampliar o controle burocrático. E a maioria da oposição, comprometida com o apoio ao governo, não se apresentará como alternativa e não será capaz de superar o controle burocrático atual.

Somente uma nova direção, forjada nas lutas estudantis pelas reivindicações, independente de fato dos governos e da burguesia, poderá se constituir em alternativa que coloque a UNE novamente nas mãos dos estudantes como instrumento organizador e centralizador das lutas. Isso pressupõe um programa, uma política, que expresse os interesses dos estudantes e a forma de alcançá-los. E essa é a política proletária.

### **Nada de discussão, só votação**

Tradicionalmente, o PCdoB é conhecido por trazer delegados aos Congressos sem nenhuma politização, apenas para votar e em troca participar da viagem, das festas e bebilança. Muitos de seus delegados procuram a oposição para denunciar que, se votarem contra o PCdoB, não serão trazidos de volta às suas cidades. A expressão "gado" é usada para ilustrar o voto despolitizado e manipulado. O método de arrebanhamento, com o uso de festas e churrascos, chegou a vazar na correspondência da UJS (PCdoB) na internet. Como dissemos, é a necessidade de aplicar uma política avessa aos interesses dos estudantes que motiva esse método burocrático.

Mas é preciso falar também da prática da maioria das correntes opositoras. Nesse congresso, imperou o conchavo de cúpula para as votações e organização das chapas. As plenárias de teses em geral, quando aconteciam, eram apenas para informes ou para falas de dirigentes. A maioria dos militantes de base

não podia opinar, discutir e muito menos divergir. A plenária da chapa mais à esquerda (PSTU, CST, MÊS, SR) não abriu a palavra para ninguém, só uma fala de cada corrente que antes havia conchavado a participação.

No momento das votações, havia teses que tinham de fazer jogral para informar aos militantes que votariam junto com outra corrente, ainda que aparentemente a proposta fosse divergente. Militantes de base foram humilhados ao terem de votar junto a quem combatem em seus locais de intervenção, tudo em função de acordos aparelhísticos.

A proximidade política das correntes petistas com o apoio descarado do PCdoB e Articulação ao governo impôs votações conjuntas com a esquerda que posa de socialista. E isso não pode ser feito de forma democrática.

### **O PSTU avançou na sua política do novo partido**

O Congresso teve três correntes com êxito em suas políticas: o PCdoB, que ganhou todas as votações e fez maioria na direção; a Articulação/PT, que conseguiu disciplinar as correntes opositoras em grande parte das votações e na mais importante delas (apoio ao governo); e o PSTU, que avançou sua proposta de novo partido.

Toda a intervenção do PSTU esteve voltada para o objetivo do novo partido. Tinha uma bancada expressiva, podia se constituir no pólo de oposição ao governo e às reformas neoliberais no Congresso. Mas preferiu comportar-se de acordo com o objetivo do novo partido. Ao retirar a proposta de combate ao governo e ao pacto em favor do apoio ao governo e fora do pacto, mostrou que não organizaria uma chapa de oposição ao governo. Limitaria essa chapa à oposição às reformas neoliberais, em especial a da previdência. E a constituiria voltada a atrair as correntes de esquerda do PT descontentes, mas apoiadoras do governo.

Conseguiu um compromisso do CST e parte do MES para esse objetivo. O SR foi à reboque, votando uma resolução da previdência oposta à que defende, para permanecer no bloco. E a chapa formada não expressou a maioria do PSTU, mas a sua submissão às esquerdas para a formação do novo partido: "Somos todos

radicais" é um nome que expressa que os parlamentares discordantes e suas correntes é que dão a tônica a esse bloco.

Ao não colocar a oposição ao governo como condição para a formação da chapa, o PSTU anulou a possibilidade de haver uma chapa no Conune que expressasse essa posição. Dessa forma, as principais chapas variaram do apoio incondicional ao apoio mais crítico.

### **A divisão do ato contra a reforma da previdência é uma confissão**

No penúltimo dia do Congresso, tentou-se organizar um ato contra a reforma da previdência. O PCdoB, apoiador da reforma, tentou sabotá-lo, convocando para o mesmo instante um ato contra o provão.

OPT se dividiu. Quando soube que os parlamentares ameaçados de cassação e o PSTU estariam no palanque, o deputado Ivan Valente se recusou a compartilhar do ato. A maioria da esquerda petista rachou a manifestação e fez uma somente de petistas. O PSTU e os parlamentares dissidentes fizeram outro ato. A promessa de que os outros petistas se juntariam a eles não se concretizou.

Em ambos os atos, a tônica é a de modificação do projeto no Congresso. Poucos os que falaram em combater a reforma de conjunto.

A divisão desse ato revelou concretamente: que o PCdoB é a favor da reforma e não fará nada que a combata, mesmo que parcialmente; que a esquerda do PT está apavorada com a possibilidade de expulsão e é capaz de dividir um ato contra a reforma da previdência em função de interesse aparelhístico; que boa parte dos aliados do PSTU no ato não é contra a reforma no seu conjunto, mas a favor de fazer emendas.

### **O POR defendeu o programa proletário e um bloco contra o governo**

Os delegados do POR no Congresso atuaram com os materiais de propaganda do programa e de defesa de uma chapa com um caráter de oposição ao governo, combate ao pacto e às reformas antinacionais e antipopulares do governo pró-imperialista do PT/Lula.

# Proposta da Corrente Proletária na Educação ao Congresso da AFUSE

A Necessidade de Organizar a Luta Contra a Reforma Criminosa da Previdência do Governo PT/Lula

Os trabalhadores produzem muitas riquezas, o suficiente para que todos se aposentarem dignamente. Cabe ao capital que os explora e concentra as riquezas arcar com o sustento das aposentadorias. Déficit ou não é um problema de contabilidade que diz respeito apenas à administração burguesa da economia. Não cabe aos trabalhadores pagarem pelas crises do capital.

A reforma piora o que já é ruim. Obriga mais tempo de trabalho, mais contribuição e mantém os salários da maioria dos aposentados abaixo das necessidades vitais. Esses três aspectos resultam em aumento de taxa de exploração do trabalho e impossibilitam que todos assalariados tenham assegurada a fonte de existência no final da vida.

A reforma se baseia no princípio de lucratividade. A Previdência comparece como um instrumento do capital financeiro. Um dos objetivos centrais é o de suplantar a Previdência pública pela Previdência privada. A complementação prevista aumenta o grau de privatização e fortalece a distinção de classe. A maioria assalariada não tem sequer o necessário para a existência. E a ultraminoria se distinguirá por fazer a complementação. É uma reforma antidemocrática, assegura privilégios e ame-

ça a vida da maioria.

O estado burguês, que deve assegurar a existência elementar dos explorados frente a selvageria da exploração capitalista, livra-se dessa responsabilidade ao reduzir ao mínimo sua obrigação com a previdência. E faz dela uma fonte de maior arrecadação, mais tempo de seguro para os trabalhadores esgotados pela produção. Uma reforma que objetiva economizar gastos sociais para favorecer o capital financeiro e o conjunto da burguesia explorada.

As condições de funcionamento do capitalismo têm se mostrado completamente adversas à sobrevivência de milhões de trabalhadores. Cresce o desemprego e o salário médio tende a cair sistematicamente. Os capitalistas não repõem integralmente as perdas. Mantém um salário mínimo que aprisiona milhares e milhares de famílias. Medidas como a terceirização e cooperativização do trabalho assalariado golpeiam fundo direitos elementares da força de trabalho. Amplia-se quantidade de trabalhadores sem carteira profissional. Tudo isso impossibilita a aposentadoria para a maioria.

A reforma da Previdência vem dificultar em todos os aspectos o direito do trabalhador de se aposentar. Frente à realidade acima, constitui um crime contra o direito de existência.

É preciso ainda denunciar as mentiras e falsificações propagadas pelo go-

verno FHC e agora pelo governo PT/Lula de que se trata de uma reforma a serviço da manutenção da Previdência pública. Como dissemos, o problema do déficit diz respeito à contabilidade dos negócios burgueses. Mas tem sido demonstrado que não existe déficit. O que existe é a dilapidação de um patrimônio que pertence aos trabalhadores. E quem dilapidou? Foram os governos e a quadrilha de capitalistas que mandam no Estado. O que existe são milhões que não têm carteira assinada. E quem são os responsáveis? São os capitalistas que para não pagar os direitos trabalhistas se negam a cumprir a própria legislação de seu Estado.

O governo do PT/Lula, ao assumir a continuidade da reforma da previdência de FHC/FMI, assume toda a responsabilidade criminosa contra o direito a existência dos trabalhadores. E a burocracia sindical que se coloca por sua sustentação colabora com o complô da burguesia nacional e imperialista contra a maioria oprimida.

A tarefa de nosso Congresso é a defesa da Independência de Classe frente ao governo, rechaçar o pacto social, que tem sua expressão no Conselho de Desenvolvimento Econômico dirigido pelos grandes empresários, banqueiros e latifundiários. O Congresso deve ter a luta contra as reformas neoliberais como defesa da vida dos trabalhadores.

## Funcionalismo SP:

# Assembléia Legislativa vota 5% de desconto a mais para o IPESP. Demonstra na prática que o seu papel é ficar do lado do capital

O governador do Estado de São Paulo, em um acordo com o Governo PT/Lula, encaminhou o projeto FLC-9/2003, de aumento em 5% no desconto do IPESP, aquilo que Geraldo Alckmin/PSDB chama da primeira etapa da Reforma da Previdência.

No dia 16/6/2003, apesar dos protestos, o projeto foi votado. Os deputados da bancada do PSDB, PTB, PFL, etc. votaram a favor do aumento, os deputados do PT, PCdoB e de outros partidos votaram contra o aumento, o que surpreendeu o governo do Estado, diante das

negociatas que fez com o governo Lula/PT.

Os deputados do PT e PCdoB, segundo José Mentor, líder da bancada petista, "queriam fazer algumas modificações, mas infelizmente o governo Geraldo Alckmin não aceitou". Como se vê, eles

não eram contra o projeto, mas queriam que o governo fizesse primeiro uma auditoria pública no IPESP, como o governo não quis ceder, votaram contra.

Está aí o resultado daqueles que não se colocam por resolver o rombo da previdência, preferem tirar dos salários dos trabalhadores, cada um à sua maneira, com índices diferenciados, mas na essência não penalizam nenhum capitalista, apenas os trabalhadores.

Essa experiência nos mostra que as Câmaras de deputados, vereadores etc., não servem para resolver nossos problemas. As pressões ao parlamento por parte do funcionalismo por duas semanas, inclusive dos funcionários da educação, não serviram para que os deputados mudassem de idéia quanto a descontar nos salários dos famintos. Valeu mesmo a pressão do capital.

Por outro lado, estamos vendo a

pressão na Câmara dos Deputados Federais para que seja votada a Reforma criminosa da Previdência, que tem o objetivo de desobrigar Estado com a previdência pública. E, novamente, os sindicatos confiam nas pressões aos deputados, chamando apenas caravanas e atos em frente aos palácios, para pressionar por pequenas emendas que não mudam o caráter da reforma. Com este tipo de pressão, não iremos a lugar algum, pois o capital financeiro é quem manda nesta gente.

É nesse sentido que nosso Congresso deve se posicionar por defender o método de luta próprio dos trabalhadores que é a greve, e as grandes mobilizações de rua, e que as pressões ao parlamento devem estar submetidas à ação direta da classe.

Devemos elaborar um plano de lutas que aponte para a ação direta e a inde-

pendência de classe, assim sem nenhuma submissão ao parlamento burguês e, agora, aos seus defensores que estão dentro dos sindicatos.

Devemos lutar por:

- Levantar um Plano de Luta Imediato.
- Assembléia Geral para Defendermos:
- Salário Mínimo Real
- Reposição de Todas as Perdas
- Diminuição da Jornada de Trabalho, com Escala Móvel
- Fim dos Contratos Temporários, Contratação Imediata e Efetivação Daquelles Que já Trabalham na Escola.
- Fim das Cooperativas
- Lutar Contra o Trabalho Voluntário, Que Tem Tirado Nosso Emprego.
- Que o Congresso Aprove o Método de Ação Direta que é a Greve.
- Salário. Opor-se ao método parlamentar, utilizar o método da ação direta (greves, passeatas)

## **4º Congresso Metalúrgico para combater o desemprego, a destruição de direitos trabalhistas, o rebaixamento salarial e as reformas neoliberais do governo PT/Lula**

A direção de nosso sindicato anunciou que a reforma sindical é o principal assunto do Congresso. Está claro que não dará importância e prioridade à discussão e aprovação de um plano de luta contra o desemprego, destruição de direitos trabalhistas, rebaixamento salarial e as reformas neoliberais. Esses pontos envolvem acordos assinados pela direção do sindicato com a patronal em que se aceitaram demissões, redução e diferenciação salarial, terceirizações e perdas de direitos trabalhistas.

O fato é que a direção responsável pelo Congresso não organizou um movimento de resistência coletivo e unitário dos metalúrgicos para enfrentar a destruição de postos de trabalho e esmagamento salarial. Não organizou a luta contra a ação unificada dos governos e dos patrões de descarregar a crise econômica nas costas da classe operária.

As empresas dizem: ou vocês aceitaram um número menor de demissões nos dando em troca a redução e diferenciação salarial, ampliação da terceiriza-

ção e mais produtividade ou então faremos um corte maior de postos de trabalho. Ou vocês aceitam acordos prévios de reajustes salariais abaixo da inflação, abonos e PLR parcelado ou terão mais desemprego.

A direção do sindicato acata essa pressão patronal e negocia perdas para os trabalhadores e vantagens para os exploradores. Essa é a política de negociação sem luta.

O Congresso deveria ser o momento de discutir em todas as fábricas os resultados desses acordos negociados sem luta, fazer um balanço da situação de desemprego e o arrocho salarial. No entanto, a direção do sindicato coloca na ordem do dia a reforma sindical que servirá apenas para fortalecer ainda mais o domínio burocrático dessas mesmas direções que submetem os sindicatos aos governos e aos patrões.

O problema fundamental dos sindicatos é o de quebra da democracia operária, da perda da independência frente ao governo e ao Estado e do domínio de

uma burocracia pelega. Os sindicatos têm sido dirigidos por uma rede de pelegos que transformaram os sindicatos em sua propriedade, que se servem deles como trampolim eleitoral e carreirismo parlamentar e que os usam para negociar acordos malditos e para impor aos trabalhadores a conciliação com os exploradores em lugar da luta.

O ponto de partida de mudanças nos sindicatos é o de varrer a pelegagem, restabelecer a democracia operária, arrancar os sindicatos da influência dos patrões e colocá-los a serviço da luta de classe dos oprimidos contra os opressores.

Chamamos os companheiros a atuar no Congresso questionando a política de submissão da direção do sindicato ao patronato e levantando um programa de reivindicação que defenda de fato o emprego, o salário e os direitos trabalhistas.

Companheiros, apresentamos abaixo os pontos que consideramos os mais importantes:

## Combater o desemprego e as perdas salariais

Quanto ao desemprego: defesa da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Aplicar o critério de escala móvel das horas de trabalho. Ou seja, distribuir as horas de trabalho nacionalmente existentes entre empregados e desempregados, fixando assim uma nova jornada de trabalho nacional. A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial que começa em um setor, como o metalúrgico, deve ter por meta avançar em todos os setores econômicos objetivando a escala móvel das horas de trabalho. Essa é uma medida de grande alcance que de fato acaba com o desemprego e a fome e, por isso, tem de envolver a luta de conjunto da classe operária e demais assalariados para impô-la à classe patronal e ao governo.

A luta contra o desemprego implica os trabalhadores se colocarem contra os acordos de demissão, os PDVs e os critérios patronais de produtividade e baixa performance.

Para haver uma verdadeira resistência contra o desemprego é preciso manter os demitidos organizados no sindicato, unir empregados e desempregados e sustentar um movimento constante pelo trabalho a todos.

Para quebrar o direito dos patrões demitirem os trabalhadores e manterem na miséria um exército de desempregados, do qual fazem parte milhões de jovens, é necessário um combate permanente contra a exploração capitalista. Assim, o movimento de empregados contra as demissões e desempregados pelas readmissões deve ter as mesmas reivindicações de redução da jornada sem redução do salário, aplicando a escala móvel das horas de trabalho.

Quanto ao salário: o Congresso deve rejeitar acordos de pré-fixação de reajustes que impliquem eliminação da campanha salarial e perdas salariais. Deve ser feito um cálculo das perdas dos últimos anos e o sindicato convocar assembléias para aprovar um índice de recuperação das perdas. Os metalúrgicos são parte da classe operária, por isso temos de defender os interesses gerais de todos os assalariados e oprimidos

pelo capitalismo. O que significa se colocar pela defesa do salário mínimo real, que deverá ser calculado pelas assembléias dos trabalhadores. E fixado seu valor em um congresso da CUT.

O congresso metalúrgico deve rejeitar o salário mínimo de fome de R\$ 240,00 decretado pelo governo PT/Lula. São milhões de trabalhadores com 1 ou menos de 1 salário mínimo. O fim da fome começa por colocar fim ao salário mínimo de R\$ 240,00 e implantar um salário mínimo real, calculado segundo as reais necessidades da família trabalhadora.

Um outro ponto referente à perda salarial. A inflação continua comendo parte do salário. No fim de um ano sem reajuste, os salários estão diminuídos. Calcula-se que está havendo uma perda média entre 20 a 25% em doze meses. A resposta dos trabalhadores é a defesa do reajuste mensal automático de acordo com o índice inflacionário, trata-se da escala móvel de reajustes salariais.

É preciso defender os três aspectos de conjunto: 1) recuperação das perdas; 2) salário mínimo real; 3) escala móvel de reajuste. Com esses três pontos o movimento operário estará defendendo de fato a vida de todos os explorados contra a exploração e acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria capitalista.

## 2. Defender os direitos trabalhistas e ampliá-los

Os direitos trabalhistas são conquistas sociais contra a superexploração do trabalho. Foram arrancadas dos capitalistas por meio da luta de classe, ou seja, de greves e manifestações de massa.

Já faz algum tempo que os exploradores e seus governos vêm impondo retrocesso a conquistas mais elementares. Eles querem avançar ainda mais. Estão aproveitando os recuos das lutas e os acordos assinados pela burocracia sindical para impor o que chamam de "flexibilização do trabalho".

As justificativas patronais e governamentais para a "flexibilização" são: renovação tecnológica que aumenta a produtividade e reduz a necessidade de mão-de-obra (força de trabalho); altos encargos sociais, excesso de produção; aumento da concorrência e sobrecarga financeira.

Frente a isso, os exploradores lançaram a chamada "reestruturação produtiva". O que quer dizer reduzir o custo da força de trabalho. Quem paga, portanto, a crise do capitalismo são os trabalhadores e não os próprios capitalistas. A essência da "reestruturação produtiva" é o aumento da exploração do trabalho. Resulta em crescimento do desemprego e diminuição do valor da força de trabalho.

As conquistas trabalhistas vieram no sentido de proteger a mão-de-obra, limitando assim a sua exploração pelos capitalistas. Os acordos de "reestruturação produtiva" e "flexibilização do trabalho", na verdade, são a reforma trabalhista colocada em prática. O que o governo vai fazer é legalizar aquilo que já está sendo implantado e favorecer novos passos dessa implantação.

*Eis então os pontos que devem ser rejeitados pelo nosso Congresso:*

1) **Terceirização:** está colocado o fim do sistema de contratação por meio da terceirização. A experiência já mostrou que só serve para cortar gastos dos capitalistas, reduzir salários, demitir e eliminar direitos trabalhistas;

2) **Cooperativas de trabalho:** é uma nova versão de contratação em que se tira a responsabilidade da empresa e a transfere inteiramente para os próprios trabalhadores. A experiência também já demonstrou que é uma forma dos patrões se livrarem dos direitos trabalhistas e encargos sociais;

3) **Precarização do trabalho:** a contratação por tempo determinado desobriga os patrões ao contrato por tempo indeterminado. Se o contrato por tempo indeterminado não assegura a estabilidade no emprego, o por tempo determinado acaba por tornar mais instável ainda a situação empregatícia do trabalhador. Por outro lado, é uma forma do patronato reduzir salário e criar diferenciação salarial;

4) **Diferenciação salarial:** os acordos têm sido feitos de diferenciar salários para trabalho igual. Assim, os patrões têm estabelecido novos pisos mais baixos e criado novas faixas intermediárias. Com o tempo, pretende-se eliminar as faixas mais altas e prevalecer as mais baixas. Trata-se de um golpe patronal contra o valor da força de trabalho;

5) **Extinção ou mudança em direitos**

**trabalhistas:** os patrões têm pressionado para pôr fim ou modificar conquistas como 13º salário, descanso e férias remuneradas, licença maternidade, aviso prévio e outras. Um primeiro passo para futura a eliminação desses direitos é introduzir mudanças do tipo redução direta dos valores ou redução indireta por meio de parcelamento. O parcelamento leva à redução através da perda inflacionária.

### **3. Rejeitar as reformas neoliberais**

Lembremos que o governo de FHC impôs uma série de medidas econômicas e financeiras em nome das necessidades do país. Mas, na verdade, respondiam aos interesses particulares dos banqueiros internacionais, dos credores internos e externos, das multinacionais e de poderosos grupos empresariais brasileiros. Nenhuma das reformas de FHC foram feitas em favor das necessidades dos explorados e dos famintos. Portanto, não foram reformas em favor do país, mas sim em favor dos grandes capitalistas.

O novo governo do PT/Lula surpreendeu os trabalhadores seguindo as mesmas reformas de FHC. Atendeu às exigências do FMI e das potências imperialistas, principalmente dos Estados Unidos, que controlam os governos latino-americanos.

#### **Reforma da Previdência**

A reforma da previdência dos servidores públicos é parte da reforma iniciada por FHC na previdência dos assalariados da iniciativa privada. Em ambos os casos, aumenta-se o tempo de trabalho e de contribuição. Inviabiliza ainda mais a possibilidade de aposentadoria para milhões de trabalhadores. Os quatro pontos centrais da reforma FHC/Lula são: 1) arrecadar mais; 2) dificultar a aposentadoria; 3) rebaixar o valor das aposentadorias e pensões; 4) viabilizar a previdência privada fortalecendo a aposentadoria complementar. Não há um só ponto da reforma que seja a favor dos explorados.

A posição da burocracia sindical de apoiar a reforma da previdência, modificando alguns aspectos, como a cobrança dos inativos, aumento do teto e não o au-

mento da idade para se aposentar, não deve ser aceita. Há duas grandes razões: não rejeita a previdência privada e aceita a redução do valor das aposentadorias.

#### **Reforma trabalhista**

A reforma trabalhista, já prevista pelo governo Lula, certamente não virá no sentido de ampliar os direitos, mas sim eliminar alguns deles e modificar outros. Mostramos acima que os capitalistas querem modificar a legislação para garantir legalidade aos acordos de "flexibilização do trabalho". Pretendem uma legislação que lhes dê liberdade para negociar com as direções sindicais acordos por fábrica, que resultem em maior exploração e lucratividade.

#### **Reforma sindical**

A reforma sindical vem sendo justificada como necessária para se fortalecer os sindicatos frente as novas condições que trarão a reforma trabalhista. Como a burocracia aceita a "flexibilização do trabalho", usa desse argumento para aumentar seu controle sobre a máquina sindical, eliminando ainda mais a democracia operária e a independência dos sindicatos frente ao governo.

O problema não está em fazer uma reforma sindical para ter força e representatividade para enfrentar as mudanças nas relações trabalhistas (terceirização etc), mas, ao contrário, é preciso lutar contra a destruição das conquistas trabalhistas para os sindicatos ganharem respeito perante os operários e força frente aos ataques patronais. Acontece que os dirigentes sindicais têm feito acordos de "flexibilização" que enfraquecem os sindicatos diante da patronal. Os patrões se fortalecem a cada acordo imposto aos operários, que não resistem com luta porque a direção do sindicato resolveu colaborar com os exploradores. Não é por acaso que a reforma sindical defendida pelas direções sindicais não tocam no essencial que é a capacidade do Estado burguês e do governo controlarem as direções sindicais e intervirem na vida dos sindicatos.

Eis os pontos: 1) lei anti-greve; 2) intervenção do Ministério do Trabalho, da Justiça e da polícia nas lutas sindicais; 3) o poder de repressão patronal no interior das fábricas contra o movimento sindical de luta.

A pouca representatividade dos sindicatos, alegada pela direção sindical, se explica não a partir da legislação, mas sim a partir da política das direções. Já mostramos que essa política é de aceitação de perdas salariais e de destruição de parte de conquistas trabalhistas. Que essa política é de negociação sem luta e, portanto, de colaboração de classe, que leva à submissão dos sindicatos às pressões dos exploradores.

Está colocado para o Congresso defender: 1) fim da política de acordos sem luta e de colaboração de classe; 2) fim da lei de greve e por uma lei que tenha o seguinte fundamento: direito irrestrito de greve e manifestações; 3) fim de toda legislação que regulamente a intervenção do Estado e do governo no movimento sindical. Em seu lugar, implantar a seguinte lei: o Estado reconhece o livre direito de organização dos sindicatos e de sua organização fabril.

### **4. A aliança operária e camponesa**

A classe operária, os camponeses e a classe média urbana constituem a maioria nacional oprimida. É sobre elas que se dá a exploração e opressão do capitalismo. A concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista, as crises econômicas e as reformas não atingem somente a classe operária, mas o conjunto dos explorados. A divisão e o isolamento da classe operária dos demais oprimidos enfraquece a sua própria luta e a da maioria nacional oprimida. A política da burocracia sindical é corporativista. Ou seja, provoca a fragmentação no movimento operário, ao ponto de isolar fábrica por fábrica, e impossibilita a unidade da classe operária com os camponeses e classe média urbana arruinada.

O Congresso deve combater o corporativismo e defender uma política de unidade entre os próprios operários e destes com os demais trabalhadores. É esse sentido que o Congresso metalúrgico tem de aprovar uma resolução de apoio à luta dos sem-terra, suas reivindicações contra os latifundiários e o seu método de ocupação de terras. Esse é um passo para construir a aliança operária e camponesa. O fortalecimento tanto da classe operária quanto dos camponeses

depende da unidade social, política e organizativa contra o Estado opressor e a classe burguesa.

### **5. O sindicato frente o governo PT/Lula**

O movimento sindical tem de ser independente frente ao governo. A direção de nosso sindicato afirma manter a "autonomia", mas ao mesmo tempo apóia o governo. Essa é uma falsa posição de autonomia. Se a direção do sindicato apóia o governo, mesmo que em alguns aspectos, estará aplicando uma política que vem do Estado, ou seja, que não é uma política proletária. Qualquer política que venha do Estado é patronal. O Estado é um organismo de domínio da classe capitalista sobre a classe operária e demais trabalhadores. Um governo que dirige o Estado burguês só pode agir de acordo com os interesses e a política da classe exploradora.

É preciso ter claro que o PT não constituiu um governo da classe operária e do conjunto dos explorados. Nem também é um governo dos exploradores e explorados ao mesmo tempo. Isso não é possível. Governar por cima da classe capitalista e da classe operária, ou seja, governar por cima do capital e do trabalho, como se fosse um governo de todos brasileiros, é impossível. Não devemos aceitar a farsa do governo de todos. Basta ver a decretação do salário mínimo de fome, a manutenção da política salarial de arrocho, as reformas antitrabalhadoras e a política econômica de defesa do grande capital. O programa "Fome Zero" é uma máscara assistencialista para acobertar as medidas que mantêm a fome e a miséria.

Os temas apresentados pela direção do sindicato para o Congresso mostram como se procura implementar a política governamental no movimento sindical. Isso compromete a independência do sindicato. Ao contrário de apoiar o governo, o Congresso deve aprovar uma linha de luta que exija do governo PT/Lula o cumprimento de criação imediata de 10 milhões de emprego, três refeições ao dia a todos os trabalhadores e a reforma agrária.

O Congresso deve aprovar a caracterização de que o governo Lula é um

governo da burguesia, que aplica uma política pró-imperialista e que não pode ser apoiado. Pelo contrário, o movimento operário e camponês deve se unir contra seus ataques. Os trabalhadores devem rejeitar toda e qualquer forma de governo burguês, seja acobertado pelo nome de trabalhadores ou não, seja ele mais democrático ou não. A classe operária deve se unir em torno da luta por um governo próprio, que é o governo operário e camponês. Esse será um governo que virá da revolução proletária e não das eleições que são uma forma de manutenção do governo burguês.

Uma das maiores lições de nossa história recente é a eleição do governo PT/Lula. Os trabalhadores se iludiram com a possibilidade de ter um governo próprio por meio das eleições e por uma candidatura de um ex-operário. A experiência logo mostrou que o partido eleitoral e o candidato à presidência do Estado burguês não pode ser dos trabalhadores e não pode realizar as transformações necessárias para acabar com o desemprego, a fome e a exploração capitalista. Por mais que seja custoso e difícil, os operários conscientes devem se colocar pela revolução proletária e ter como estratégia governamental o governo operário e camponês.

### **Rejeitar a política governamental da direção do sindicato Defender a política operária de luta de classe**

Os temas que a Tribuna Metalúrgica publicou para o Congresso não pertencem à política da classe operária, mas sim à política do governo PT/Lula.

O que a direção pretende é que os sindicatos e a CUT participem das chamadas "políticas públicas". Isso quer dizer que os sindicatos não têm mais a função de reivindicar e de lutar contra a exploração do trabalho e suas consequências como o desemprego, arrocho salarial, repressão patronal etc. A sua nova função é de ajudar o governo a realizar as tais das "políticas públicas". Por exemplo: como usar o dinheiro do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT)

para cursos de requalificação, cooperativas de produção e trabalho etc.

O que a burocracia quer é um sindicato vinculado a organismos do Estado, de forma que participe sobre determinadas áreas de distribuição dos recursos estatais (BNDES, FGTS, FAT). Para isso, tem de ser destruído o sindicato de luta de classe entre explorados e exploradores, organizador coletivo de greves e manifestações contra o próprio Estado burguês e seu governo.

O sindicato de combate à exploração deve ser substituído por um sindicato de participação nos órgãos públicos, para ajudar a aplicar a política do governo. É o que estão chamando de "sindicato-cidadão".

Na verdade, trata-se de acabar com a capacidade de luta da classe operária e esvaziar o sindicato como instrumento coletivo dos trabalhadores no enfrentamento à exploração capitalista do trabalho e à ação repressiva do governo por meio da Justiça, polícia e leis.

Esse sindicato de participação nas "políticas públicas" não mais enfrenta as demissões organizando movimentos mas propondo uso de políticas públicas para remendar a profunda crise social.

A ideia de que se pode criar cooperativas de trabalho e emprego com recursos do Estado para gerar renda e emprego é uma farsa econômica e social. O sistema capitalista de produção é baseado na acumulação de capital e exploração do trabalho. Não tem como criar outra forma econômica a não ser essa. E nessa forma econômica os trabalhadores ou continuarão empregados como escravos assalariados ou como escravos desempregados.

O cooperativismo para reunir os desempregados, os sem-terra e os pequenos e médios produtores não passa de uma máscara para esconder e amortecer a violência do desemprego, da fome e da miséria que atinge milhões de trabalhadores.

As tentativas de amortecer a crise social do capitalismo apodrecido atendem apenas aos interesses da classe capitalista, que se vê ameaçada de um levante dos explorados e famintos contra seu sistema de acumulação de riqueza e de lucros crescentes nas mãos de uma minoria.

A burocracia sindical não quer lutar

contra isso. Quer que os sindicatos ajudem o governo a distribuir esmolas e qui-relas por intermédio de projetos como "Fome Zero", "Meu primeiro emprego" etc., que substituem os mesmos projetos do governo FHC, chamados de "Comunidade Solidária", "Bolsa Escola" etc.

Os cursos de requalificação de mão-de-obra com dinheiro do FAT é um exemplo de como a burocracia reforça a mentira dos patrões e do governo de que existem muitos desempregados porque estão desqualificados. Muito pelo contrário, o trabalhador brasileiro está bem capacitado para o trabalho, uma vez que sua formação tem sido feita na própria indústria, onde é explorado. O desemprego se deve à crise do capitalismo e à impossibilidade desse sistema econômico manter e criar novos empregos. A economia capitalista caminha no sentido de destruir postos de trabalho e não o contrário. Uma minoria faz os cursos de requalificação e continua desempregada, somando-se aos milhões de desempregados que não podem ser "requalificados".

O objetivo da direção do sindicato de que o Congresso aprove sua política de "Economia Solidária" corresponde à política de acordos que têm sido feitos nas fábricas de redução salarial, terceirização, diferenciação salarial, banco de horas, demissões voluntárias (PDVs) e outras barbaridades contra os trabalhadores. A "economia solidária" só pode ser solidária ao patrão e ao governo que

sustenta um salário mínimo de R\$ 240,00, que faz um Reforma da Previdência em favor dos banqueiros, que paga bilhões de dólares da dívida externa, que negocia a Alca com Bush e que promete empregos, fim da fome e reforma agrária, mas não cumpre nenhuma delas.

Querer que o Congresso Metalúrgico elabore propostas para a Reforma Tributária, política industrial e que siga as pressões do Estado para que haja a Reforma sindical e trabalhista é a forma de desviar a verdadeira função dos sindicatos que é ter um programa de luta contra a exploração do trabalho e contra a opressão política e social exercida pela burguesia.

A posição de que o sindicato de programa classista e de luta deva ser substituída pelo "sindicato-cidadão", pelo sindicato de participação nas "políticas públicas", é uma aplicação da política de conciliação de classe e de submissão dos explorados aos exploradores.

A política de conciliação de classe não é da classe operária, mas sim da classe burguesa. Seu objetivo é anular a revolta dos trabalhadores contra as constantes demissões, a destruição do futuro da juventude, os baixos salários e a continuidade da discriminação sobre os trabalhadores negros e mulheres.

O que defendemos para o Congresso é justamente o oposto: recuperar a capacidade de luta de massa do sindicato tendo por base um programa de

reivindicação que parta do emprego e do salário, que combata o capitalismo e que defenda o socialismo.

### **Defendemos:**

1. Não à participação do sindicato nas "políticas públicas" e não à política do cooperativismo colaboracionista;

2. Aprovar um programa de luta contra as reformas neoliberais do governo e contra os acordos de "flexibilização do trabalho";

3. Manter os direitos trabalhistas e lutar por ampliá-los;

4. Exigir do governo que abra imediatamente 10 milhões de emprego, que todo trabalhador tenha 3 refeições ao dia e que realize a reforma agrária exigida pelo MST;

5. Rejeitar os acordos e contratos pró-imperialistas assumidos pelo governo PT/Lula que saqueiem o país e o torna mais submisso ainda ao grande capital internacional;

6. Combater o acordo pró-imperialista da Alca. Exigir que o governo brasileiro rompa imediatamente as negociações com o governo norte-americanos;

7. Aproveitar campanhas unitárias e de massa da classe operária, camponeses e classe média urbana arruinada pelo emprego, salário, terra aos camponeses, direitos trabalhistas, contra as reformas neoliberais e contra os acordos com o imperialismo.

## **O Partido e Sua Organização**



Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente como atuar com os contatos.

### **Manual do Organizador (Para um poderoso Partido)**

#### **I - Organização e Mudança da Situação Política**

##### **a) Estrutura X Respostas**

Voltamos a repetir que, na vida política, a organização sempre é o aspecto mais conservador, pois constitui a forma que permite a materialização da idéia política. A permanente luta em que o Partido como um todo está empenhado

não é outra que ajustar sua estrutura e funcionamento às respostas estratégicas e táticas, que são dadas pela situação política em constante transformação.

Existe o perigo de que alguns camaradas, partindo desta afirmação, tendam

a minimizar as deficiências organizativas e que se consolem com o fato de que, sendo a organização um aspecto conservador da vida partidária, não é preciso lutar pela sua superação.

Para evitar este tipo de equívoco, devemos precisar que a evolução organizativa tem um certo retardamento em relação à grande velocidade com que se operam os ajustes no plano das idéias. Apesar disso, o ajuste só ocorre depois das modificações da situação política.

Cabe ao militante revolucionário (e as suas organizações partidárias) esmerar-se ao máximo para encontrar os meios que permitam encurtar a distância, que existe e que tende a se tornar cada vez maior, entre a marcha da evolução organizativa e as rápidas mudanças da situação política.

Os rápidos ajustes que se operam na linha estratégia e tática estão determinados pelas modificações que sofre constantemente a situação política e que se apresentam como viradas no curso da história.

É a política (programa) que determi-

na a natureza e os limites da organização e não o contrário. Contudo, entre ambas existe uma interrelação dialética. A organização, subordinada em última instância à idéia política, tem uma reação, em determinadas circunstâncias, à linha política do Partido e pode modificá-la.

Seria equivocado considerar os problemas organizativos como algo que não merece nossa atenção e que se encontram mecanicamente subordinados ao programa. Em determinadas condições, a luta ao redor do programa adquire a forma de luta sobre aspectos organizativos.

Os ajustes organizativos não só devem ser tratados com seriedade e oportunamente, como devem esgotar todos os meios para que se façam rapidamente, enquanto marchamos. Unicamente desta forma se poderá estruturar um Partido capaz de se colocar à cabeça das massas em luta contra a opressão.

A história internacional e boliviana nos oferece inumeráveis exemplos de lentidão com que o aparelho organizativo do Partido ajusta sua linha às mudan-

ças bruscas que se operam na situação política. Tem-se a impressão de que o Partido se empenha em viver unicamente de suas recordações, quer impor à realidade velhos esquemas e normas organizativas obsoletas. Esta é a explicação de porque alguns partidos que passaram toda a sua existência falando e especulando sobre a revolução não a percebem quando esta chega, a história passa longe de seus olhos.

Uma coisa semelhante pode ocorrer no campo organizativo. Um Partido que escreve em seu programa que sua tarefa é dirigir as massas na revolução libertadora, mas que espera a onda de ascenso dos explorados para demonstrar sua condição de direção política, pode acabar totalmente isolado, depois que os operários radicalizados passarem sobre eles. Os erros organizativos, assim como os políticos, podem conduzir a situações tão desastrosas. Uma política acertada exige uma forma organizativa correspondente.

## **Bolívia:**

# **Porque o Proletariado Boliviano Pode Cumprir a Revolução Comunista? Pela Maturidade de sua Consciência Política Classista**

## **A Principal Razão é a Integração da Bolívia Atrasada na Economia Mundial**

A integração da Bolívia na economia mundial capitalista abre as portas para que no território do país atrasado atuem livremente as leis gerais capitalistas.

A conclusão mais importante deste fenômeno (alto desenvolvimento das forças produtivas que se chocam com a grande propriedade privada burguesa) é que ele coloca a possibilidade da revolução proletária, que permitirá um maior desenvolvimento das forças produtivas atualmente estranguladas.

Esta lei geral da ordem social burguesa atua também nos países capitalistas atrasados, de economia combinada, e

coloca a perspectiva da revolução social, da ditadura do proletariado (expressa na Bolívia e em um grande número de países atrasados pela consigna de governo operário e camponês).

O fator econômico (desenvolvimento das forças produtivas) é somente um dos elementos importantes para a revolução social; o outro é a elevada evolução da consciência classista, política, do proletariado (fenômeno superestrutural), que se concretiza em seu partido político.

## **Maturidade Política do Proletariado**

A Bolívia se distingue, por exemplo, dos países latino-americanos, pela alta politização da classe operária, que na

sua grande maioria é analfabeta. O capitalismo gera o proletariado em todos os países, mas a consciência classista é diferente de um para outro, ao extremo de que em um país muitíssimo atrasado seu proletariado pode alcançar um nível altíssimo de conscientização.

O fator que define este processo é a história de um determinado proletariado, que começa desenvolvendo por sua própria luta, que por algumas vezes não teve de se chocar com toda uma variedade de partidos "esquerdistas". O outro elemento importante é o conhecimento do país, a compreensão de suas leis de desenvolvimento e transformação qualitativa.

(extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1854 de 16/05/2003)